



Câmara aprova urgência para PL que pune institutos que divulguem levantamentos de intenção de voto muito discrepantes do resultado que sair das urnas. Texto vem após desempenho de Bolsonaro no 1º turno

# Avanço contra as pesquisas

» TAÍSA MEDEIROS

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o requerimento de urgência para a tramitação do projeto de lei que pune duramente os institutos de pesquisa que divulguem levantamentos de intenção de voto muito discrepantes do resultado que for confirmado nas urnas. A medida ganhou impulso depois que o percentual obtido pelo presidente Jair Bolsonaro (PL), ao final do primeiro turno, foi muito maior (42,3%) do que o previsto pelo Datafolha (36%) e pelo Ipec (37%), um dia antes de os brasileiros irem às urnas.

A urgência passou por 295 votos contra 120 e possibilita que o PL seja votado diretamente no plenário da Câmara, sem passar pelas comissões. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), adiantou que o novo texto sairá de uma ampla rodada de negociações com os líderes de todos os partidos.

“Estamos votando um requerimento de urgência de um projeto mais antigo, e nada tem a ver com o mérito do que vai ser discutido. Fizemos um compromisso com os líderes da base e com os líderes da oposição para sentarmos e dialogarmos sobre o texto de mérito desse projeto. Depois de resolvido, vem a plenário quando tiver o mínimo possível acordado”, explicou.

A proposta, originalmente protocolada pelo deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), foi pensada ao projeto do líder do governo na Câmara, Ricardo

## Reconhecimento pela defesa da democracia

*O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu, ontem, a medalha Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional — concedida em reconhecimento à atuação na presidência da Corte. No discurso de agradecimento, ele evocou a democracia ao ressaltar que “o maior símbolo da democracia é o diálogo”. “O verdadeiro democrata valoriza o aprendizado mútuo, que surge do debate público comprometido com o desenvolvimento do país. Sabe que a cooperação entre os cidadãos bem-intencionados, em suas mais diversas expertises, representa o motor do progresso nacional”, destacou Fux, que recebeu a honraria das mãos do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao lado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).*



Barros (PP-PR) — cujo texto, que ainda não é definitivo, estabelece pena de quatro a 10 anos de reclusão pela publicação de pesquisas eleitorais divulgadas até 15 dias antes das eleições cujos resultados divergem além da margem de erro. O teor do que pode ou não ser considerado “manipulação” dos percentuais, no entanto, não está definido.

## Divergências

Além do debate na Câmara, Lira disse que o PL será conversado com o Senado. “Não haverá acoadamento, mas tem que haver um start com relação à disposição de trazer esse assunto com urgência que ele requer, dado o histórico das últimas três ou quatro eleições”, afirmou. Porém, as divergências

sobre a tramitação da proposta ficaram evidentes. O Novo, por exemplo, defendeu que o regime de urgência não é o instrumento adequado para a discussão.

“O mais adequado é criarmos uma comissão especial, onde podemos estudar, como acontece no resto do mundo, quais são os tipos de punições cabíveis aos institutos que constantemente

erram em suas pesquisas”, argumentou o líder da legenda, Tiago Mitraud (Novo-MG).

Para o deputado Zé Neto (PT-BA), o tema deveria ser parte de uma reforma eleitoral. “É preciso debater o conjunto da obra: regulamentação e estruturação desse tema, que é tão valioso”, observou.

O PSDB afirmou que protocolará, hoje, um outro projeto



**Não haverá acoadamento, mas tem que haver um start com relação à disposição de trazer esse assunto com a urgência que ele requer, dado o histórico das últimas três ou quatro eleições”**

**Deputado Arthur Lira (PP-AL)**, presidente da Câmara, sobre o PL que enquadrava os institutos de pesquisa

sobre o assunto. “Temos um projeto que com outra abordagem e qualifica os institutos de pesquisa a partir do resultado que afirmem às vésperas das eleições”, comentou o deputado Aécio Neves (PSDB-MG).

Autor do PL, Rubens Bueno afirmou que a proposta não é um texto para ser votado entre as disputas eleitorais. “Este é um projeto que tem começo, meio e fim — estudado, debatido. Não é algo que vem de última hora, antes do segundo turno, no meio de uma disputa eleitoral para trazer insegurança jurídica”, justificou, apesar de ter concordado com a urgência.

## Sinal verde a texto de novo regime

O grupo de trabalho formado para estudar a implementação de um regime semipresidencialista no Brasil aprovou, ontem, o relatório do deputado Samuel Moreira (PSDB-SP) — sistema que existe em países como Portugal e França. A mudança seria feita a partir de 2030, por meio de um plebiscito popular, semelhante ao que houve em 1993, quando o brasileiro foi às urnas decidir se o país deveria ser república ou monarquia, e se o sistema de governo seria presidencialista ou parlamentarista — conforme determinava uma emenda à Constituição de 1988.

O texto aprovado pelo grupo de trabalho estabelece três pilares para o semipresidencialismo: eleição popular direta do presidente da República; indicação do primeiro-ministro pelo presidente da República; separação entre chefia de Estado, a cargo do presidente da República, e chefia de

governo, exercida pelo primeiro-ministro. O formato é semelhante ao de Portugal e da França.

Há ainda um outro tipo de semipresidencialismo, considerado “parlamentar”: o presidente da República escolhe o premiê sem a necessidade de uma moção de confiança do parlamento. Porém, o chefe do Estado deve ter o apoio de uma maioria de congressistas para a escolha.

## Plebiscito

O relatório do deputado tucaço sugere, ainda, a minuta de um projeto de decreto legislativo sobre o plebiscito. Na consulta, o eleitor seria chamado a responder sim ou não à seguinte questão: “O Brasil deve adotar o sistema de governo semipresidencialista, em que o presidente da República é eleito diretamente pelo povo e indica o nome de um primeiro-ministro para a

aprovação do Congresso Nacional?” Em paralelo à elaboração de consulta popular, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ficaria responsável por uma campanha de esclarecimento da sociedade sobre como funcionaria o novo sistema de governo.

Foram sete meses de debates no grupo de trabalho, que contou com o auxílio técnico de especialistas, além de oito deputados. Segundo Moreira, mudanças no sistema eleitoral, como a cláusula de barreira — cuja meta é reduzir o número de partidos políticos —, favorecem o caminho rumo ao novo sistema de governo.

“O semipresidencialismo a partir de 2030 foi uma unanimidade, especialmente por estarmos vivendo o período eleitoral. Ainda haveria dois mandatos no presidencialismo, sem nenhum prejuízo a qualquer candidatura”, afirmou Moreira. (TM)

## Governo reestrutura cargos

» ROSANA HESSEL

O Diário Oficial da União (DOU) de ontem trouxe nada menos do que oito páginas de trocas de cargos em várias pastas do Poder Executivo, com predominância da Secretaria de Governo, que ocupou quase sete das oito páginas. Segundo a SeGov, essas exonerações e nomeações estão cumprindo um decreto que reorganizou a estrutura do ministério, além de alterar nomenclaturas de cargos. Assim, não se trata de um processo de demissão em massa de cargos e funções, muito comum quando há troca de governo.

Segundo a assessoria da pasta, as publicações no DOU mudam os nomes dos cargos, de acordo com o decreto presidencial. Dessa forma, é feita a exoneração do antigo posto e a nomeação do profissional para a nova nomenclatura. Vários ministérios e órgãos públicos estão fazendo essa adequação, de acordo com a SeGov.

**11.209**

é o decreto do Poder Executivo que traz a nova nomenclatura para os postos no governo. Foi publicado em 26 de setembro

## Nomenclatura

A secretaria reforçou, ainda, que a publicação no DOU reflete a nova estrutura regimental e de composição de servidores da pasta, “com a alteração dos cargos dos servidores atendendo o Decreto 11.209, de 26 de setembro de 2022”.

“A publicação simplifica os cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal com a transformação da nomenclatura dos atuais cargos em comissão

do Grupo — Direção e Assessoramento Superiores (DAS) e Funções Comissionadas do Poder Executivo Federal (FCPE) em Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE)”, destacou a pasta.

“Nesse sentido, o DOU trouxe a listagem com os colaboradores que tiveram os seus cargos alterados apenas na nomenclatura, preservando as suas remunerações. Entretanto, nem todos os cargos foram alterados e os servidores atuais permanecem no quadro da SeGov, não havendo necessidade de novas nomeações”, afirmou.

“Ressaltamos que essas alterações são administrativas e seguem as instruções previstas na Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, que dispõe sobre medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública em âmbito federal, sem o aumento de despesas à União”, acrescentou o comunicado da SeGov enviado ao Correio.

Informe Publicitário

**Brasília**  
Ano IV - nº 586

3003-2433  
(o custo é de uma ligação local em qualquer região do País, mesmo que solicite o DDD)

[www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br)

**Ivette Senise Ferreira recebe Prêmio Professor Emérito - Troféu Guerreiro da Educação Ruy Mesquita**

A jurista e professora Ivette Senise Ferreira recebeu o Prêmio Professor Emérito - Troféu Guerreiro da Educação Ruy Mesquita, em cerimônia realizada no dia 14/10, no Teatro CIEE, em São Paulo/SP. O Prêmio, tradicionalmente entregue no mês em que é comemorado o Dia dos Professores, é realizado em parceria com o jornal O Estado de S. Paulo e visa reconhecer quem contribui para o aprimoramento da Educação brasileira e, desde 1997, homenageia grandes educadores do Brasil.

Ivette Senise Ferreira é a primeira e única mulher a ocupar o cargo de diretora da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Em seu discurso de agradecimento, ela falou, entre outras coisas, sobre o papel da crescente participação das mulheres no mundo do trabalho.

“Na área do Direito, a abertura para as mulheres foi muito mais fácil. Porque, como Ciência Humana, nunca houve grande oposição à participação das mulheres. Agora, há áreas mais difíceis. Há áreas em que a resistência à participação foi mais forte, mais grave. Então, nós precisamos ainda vencer algumas barreiras. Mas eu acho que a situação está muito melhor agora porque nós agora cada vez mais aumentamos a participação das mulheres em várias outras áreas. E o próprio CIEE, na atribuição desse Prêmio Guerreiro da Educação, já incluiu várias mulheres. E eu venho agora aumentar o elenco das minhas predecessoras. Grandes mulheres e grandes profissionais”, disse Para saber mais sobre o evento, acesse o QR Code :

Traga a sua vaga de Estágio ou Aprendizagem para o CIEE

[www.ciee.org.br](http://www.ciee.org.br) 3003-2433